



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 8.091

DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, BEM COMO ESTABELECE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19):

CARLOS NELSON BUENO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os ditames da Constituição Federal de 1988, por todo o seu decorrer iniciando na inspiração do próprio preâmbulo sob um Estado de Direito destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, o bem estar, o princípio da dignidade da pessoa humana, o direito à vida e à saúde;

CONSIDERANDO que a Carta Magna, no art. 23, inciso II, determina que é de competência comum da União, dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública;

CONSIDERANDO a Constituição do Estado de São Paulo, em especial o art. 219, parágrafo único, itens 1, 2 e 4, que dispõe ser a saúde direito de todos e dever do Estado, bem como que o Poder Público Estadual e Municipal garantirão a saúde mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem o bem estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade e à redução do risco de doenças e outros agravos; acesso universal e igualitário às ações e ao serviço de saúde, em todos os níveis, e o atendimento integral do indivíduo, abrangendo a promoção, preservação e recuperação de sua saúde;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, em especial o contido nos artigos 1º, 4º, 7º, 9º, III, 15 e 18;

CONSIDERANDO que é dever do Município preservar os direitos inalienáveis à saúde e à vida, e os interesses supremos da população, a garantia e preservação destes direitos, sob perigo iminente, nos termos do art. 5º, XXV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público sobre o particular;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

CONSIDERANDO a Declaração da Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, caracterizando o surto do novo coronavírus como pandemia, prospectando-se o aumento nos próximos dias do número de casos, inclusive com risco à vida, em diferentes países afetados;

CONSIDERANDO que a pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna, e, por afetar diferentes setores, exige esforços conjuntos da sociedade;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2020, que “Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)”, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 64.864, de 16 de março de 2020, que “Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas”

CONSIDERANDO que a doença provocada pelo novo Coronavírus é oficialmente conhecida como COVID-19;

CONSIDERANDO que o Estado de São Paulo registra 164 casos confirmados e 5.047 suspeitos e um óbito até o momento, inclusive com comprovada contaminação comunitária;

CONSIDERANDO que o município de Mogi Mirim até o momento tem 15 casos suspeitos, e precisa se preparar para diagnóstico precoce para conter a Transmissão, classificada como o elevado índice de reprodução e o curto tempo para duplicação, o que leva a conclusão de uma alta e expressiva concentração de casos em um curto espaço de tempo;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Mogi Mirim, estabelecendo através deste Decreto as medidas para enfrentamento decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos.

IV – estudo ou investigação epidemiológica.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – **isolamento**: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II – **quarentena**: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Art. 3º A partir de provocação técnica do Comitê nomeado pela Portaria nº 119/2020, o Prefeito poderá formalizar ainda a requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município de Mogi Mirim na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “tabela SUS”, quando for o caso.

§ 2º O período de vigência da requisição administrativa não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e busca garantir estoque de materiais de limpeza, insumos sanitários, hospitalares e medicamentos, além de envolver:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos;

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo empregatício com a Administração Pública;

III – empreendimentos privados com capacidade de acomodação de enfermos e pessoas em isolamento ou quarentena;



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

IV – produtos de limpeza, insumos sanitários e hospitalares, além de medicamentos advindos de empreendimentos privados.

Art. 4º As pessoas com quadro de COVID-19 suspeito ou confirmado laboratorialmente ou por meio de quadro clínico-epidemiológico, nos termos definidos pelo Ministério da Saúde, devem obrigatória e imediatamente permanecer em isolamento domiciliar mandatório.

Parágrafo único. Não poderão sair do isolamento sem liberação explícita da Autoridade Sanitária local, representada por médico ou equipe técnica da vigilância epidemiológica.

Art. 5º O Município de Mogi Mirim manterá articulação com os demais municípios da região e com o DRS-XIV para fins de adoção de medidas emergenciais uniformes, observando-se as recomendações das autoridades sanitárias federal, estadual e municipal.

Art. 6º Ficam mantidos junto à Rede de Atenção Básica de Saúde os atendimentos e exames considerados prioritários, assim como de gestantes, acompanhamentos pré-natal, recém-nascidos e demais usuários com queixas de urgência que serão devidamente avaliados pelo profissional competente.

Parágrafo único. Os demais agendamentos e atendimentos, considerados como eletivos e/ou de rotina, ficarão suspensos e serão devidamente reagendados.

Art. 7º No tocante aos servidores públicos municipais:

I - fica suspensa a marcação ponto através de biometria, devendo, provisoriamente, ser realizada a marcação ponto manual;

II - com exceção aos servidores lotados na Secretaria de Saúde, de Segurança Pública, Cemitério e Velório Municipal, ficam liberados do serviço ou indicados para teletrabalho os servidores públicos municipais incluídos em grupo de risco, ou seja, acima de 60 anos, imunodeprimidos, em tratamento oncológico, doenças autoimunes, gestantes, com doenças respiratórias crônicas, cardiopatas ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico, mediante indicação médica nos casos específicos a ser apresentada para o Secretário da área, que deverá comunicar a Secretaria de Administração;

III - ficam suspensos os exames periódicos de trabalho realizados no SESMT e tratamentos junto ao Centro Holístico;

IV - ficam suspensas as férias dos servidores públicos da área de saúde;